

DO TAMANDUATEÍ AO CHAFARIZ DA MISERICÓRDIA

A construção social da água em São Paulo colonial

FROM THE TAMANDUATEÍ RIVER TO THE CHAFARIZ DA MISERICÓRDIA

The social construction of water in colonial São Paulo

NAJLA CRISTINA SORRINI MEDEIROS¹

JOÃO VICTOR OLIVEIRA DE FARIA²

IGOR SANT'ANA DOS SANTOS³

RESUMO

O artigo analisa a relação entre os cursos d'água e o processo de formação urbana e social da vila e cidade de São Paulo durante o período colonial, mais precisamente entre os séculos XVI e XVIII. Partindo da geografia do planalto de Piratininga e da importância estratégica dos rios como vetores de povoamento, comunicação e subsistência, investiga-se como a água desempenhou papel central na organização do território, ao mesmo tempo em que foi objeto de disputas, regulações e apropriações seletivas. Através do exame das Atas da Câmara Municipal de São Paulo, observa-se como o poder local regulava o acesso aos recursos hídricos, revelando conflitos sociais, sanitários e de classe. Destaca-se ainda o estudo do Chafariz da Misericórdia (1795), símbolo das transformações no abastecimento urbano, cuja construção envolveu o arquiteto negro alforriado Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas. O trabalho propõe, por fim, uma reflexão crítica sobre a memória urbana, as desigualdades estruturais e a invisibilização histórica dos sujeitos subalternizados.

Palavras-chave: São Paulo; Colônia; Águas; Infraestrutura; Tebas; Câmara Municipal.

¹ Discente de História na Universidade Federal de São Paulo. Bolsista PET. E-mail: najlasorrini@gmail.com

² Discente de História na Universidade Federal de São Paulo. Bolsista PET. E-mail: jvo.faria14@unifesp.br

³ Discente de História na Universidade Federal de São Paulo. Bolsista PET. E-mail: santanaigordossantos@gmail.com

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between watercourses and the urban and social formation of the village and city of São Paulo during the colonial period, more precisely between the 16th and 18th centuries. Starting from the geography of the Piratininga plateau and the strategic importance of rivers as vectors of settlement, communication, and subsistence, it investigates how water played a central role in the organization of the territory, while also being the object of disputes, regulations, and selective appropriations. Through the examination of the “Atas da Câmara Municipal de São Paulo”, the study observes how local power regulated access to water resources, revealing social, sanitary, and class conflicts. The study also highlights the Chafariz da Misericórdia (1795), a symbol of transformations in urban water supply, whose construction involved the freed Black architect Joaquim Pinto de Oliveira, known as Tebas. Finally, the article proposes a critical reflection on urban memory, structural inequalities, and the historical invisibilization of subaltern subjects.

Keywords: São Paulo; Colony; Water; Infrastructure; Tebas; City Council.

INTRODUÇÃO

O que entendemos como história ambiental possui seus primeiros registros no Brasil a partir do século XIX, com obras como as do historiador Capistrano de Abreu e suas análises sobre os caminhos coloniais. A área cresceu muito nos últimos anos, em meio, inclusive, às emergências ambientais contemporâneas. Quando se aborda um objeto histórico a partir da história ambiental, é fundamental que se tomem alguns cuidados, sendo, o principal deles, evitar um certo determinismo geográfico. Neste artigo buscamos evitar isso, e procuramos nos utilizar da interdisciplinaridade para abordar a temática dos rios e seus usos na São Paulo colonial (ARRUDA, 2006).

Ao contrário do que a paisagem atual nos sugere, a vila de São Paulo de Piratininga pouco se parecia com esta grande metrópole repleta de carros, arranha-céus e buzinas, que conhecemos hoje. A vila, construída em um triângulo formado entre os rios Tamanduateí, Anhangabaú e Tietê, revela uma paisagem que, de forma geral, assemelhava-se com um largo campo, numa espécie de planície de altitude (AB´SABER. 2004).

A paisagem do planalto de Piratininga era formada por uma região ampla

e muito irrigada, onde a guerra e conflito entre povos indígenas que ali habitavam desde antes de 1500, era constante, e o domínio da região e seus recursos foi um objetivo primordial. Isto relacionava-se primeiro com o fato de que a região central, altamente vascularizada, garantiria acima de tudo uma terra fértil e a possibilidade de deslocamentos (AB´SABER. 2004).

Portanto, pode-se dizer que a escolha do local para o assentamento de São Paulo de Piratininga, ou como Aziz Ab´Saber faz questão de chamar, São Paulo “*dos Campos*” de Piratininga, tenha ocorrido justamente por sua disponibilidade de recursos, especialmente os hídricos. Vale lembrar que, enquanto os nomes portugueses, as toponímias, com motivações em geral religiosas, pouco nos informam sobre as características de um lugar em seu sentido geográfico; o nome “São Paulo” nos revela, por outro lado, um de seus principais objetivos no contexto da fundação do colégio: o agrupamento e catequização dos gentios, tal qual a missão de São Paulo, o apóstolo e santo catequizador (AB´SABER. 2004). Por esta razão, é preciso pensar nessa região também por meio de seus nomes indígenas, que podem, em sua totalidade, nos revelar bem mais sobre o ambiente.

Em meio ao Tamanduateí, “rio do tamanduá verdadeiro” (CARVALHO. 1987); ao Anhembi (rio das anhumas), que viria a ser Tietê; e o Rio Jeribatiba (rio dos jerivás), conhecido hoje como Pinheiros, surgiu o aldeamento que daria origem a São Paulo, cujo “sobrenome”, *Piratininga*, evidenciava as grandes oscilações climáticas que haviam no território (AB´SABER. 2004). Piratininga, significa peixe seco no tupi antigo (CARVALHO. 1987), o que indica que o local enfrentava períodos de seca.

[...]O Tamanduateí chegava até o sopé da colina tradicional, onde se ergueu o centro histórico, e ali o rio se desdobrava em três estreitos canaletes que transbordavam durante a estação de chuvas. [...] Mas depois vinha a seca do outro ano e então, em certo momento imediatamente posterior ao período de estiagem, sobretudo de agosto a fins de setembro, com o recuo das águas, os peixes acabavam ficando no seco [...] (AB´SABER. 2004, p.34).

Figura 1: Várzea do Carmo e rio Tamanduateí



Fonte: Acervo Digital Museu Paulista, (WASTH, 1858)

A respeito disso, a carta de José de Anchieta, de 31 de maio de 1560, sobre as produções naturais de São Vicente, evidenciava que os momentos de cheia dos rios eram muito esperados. Quando os rios transbordavam, os peixes saíam das águas e colocavam suas ovas em pequenos espaços de água entre a vegetação, o que facilitava a pesca, fazendo com que a falta de comida que acompanhava os períodos de seca fosse compensada. Os indígenas chamavam isso de “piracema”, que significa, “a saída dos peixes”. (ANCHIETA. 1560.)

Em outra carta de José de Anchieta, para Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, relatam-se os motivos da transferência dos jesuítas de São Vicente para o colégio que viria a ser São Paulo. Ele comenta sobre a farinha de pau, que vinha de muito longe, provavelmente de Santo André da Borda, e sobre como a transferência para o colégio facilitaria o acesso. Mas o principal motivo era que a fundação de São Paulo de Piratininga abria “[...] a entrada para inúmeras nações, sujeitas ao jugo da razão [...]” (ANCHIETA. 1554. apud JESUS. 2016, p. 94-95), cumprindo os interesses da catequização dos gentios.

O projeto religioso unia-se ao projeto de povoamento colonial e, dentro de alguns anos, sobretudo com o abandono da vila de Santo André, ordenado por Mem de Sá em 1560, o aldeamento e colégio de São Paulo se tornou vila, onde uma parte das riquezas nos anos vindouros seriam provenientes dos rios, como a mineração de ouro. Um grande exemplo disso é o Jaraguá. Nessa região existem alguns rios, e em suas fraldas foi possível encontrar ouro que foi

explorado até o início do século XIX. Em 1565, a região se tornou a primeira fonte de ouro encontrada pelos portugueses ainda no início do projeto colonial (AB´SABER. 2004).

As águas em São Paulo colonial, assim como a terra, representavam o que hoje as avenidas e rodovias que tomam seus leitos e várzeas representam: meios de locomoção e caminhos. Mas, para além disso, implicavam também em fonte de água potável e alimentos, áreas de pasto e plantio, força motriz de moinhos de trigo e engenhos de cana, fonte de areia e argila para a construção. No entanto, os usos pouco conscientes desta água foram responsáveis pela destruição daquilo que se acredita ser uma das razões do sucesso da instalação, os rios.

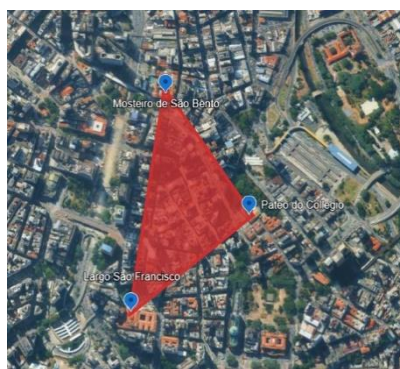
A qualidade da água, seu uso e sua relação com a ocupação da terra, têm se tornado uma questão central para pesquisadores e órgãos de gestão ligados ao ambientalismo contemporâneo. Os estudos que avaliam, exploram e buscam recuperar recursos hídricos reforçam a necessidade de preservação dos mananciais, especialmente diante das mudanças climáticas que afetam o Brasil e o mundo.

O caso das águas em São Paulo no período colonial não é diferente, está intrinsecamente relacionado ao processo de povoamento e à economia colonial daquela região, baseada na agricultura de subsistência e na mineração, ambos ancorados no trabalho compulsório. A escravidão, componente estrutural dessa sociedade, determinou uma clivagem social marcadamente estratificada em dois eixos: de um lado, os senhores de terras, de outro, os escravizados, nativos ou vindos do Atlântico. Essa divisão definiu não apenas a organização social como também os usos e abusos da água.

Estas características são cruciais para entendermos todo o processo que a cidade passou, principalmente observando seus rios. Na São Paulo atual, muitos rios foram canalizados e alguns – como o Anhangabaú - foram soterrados, mas na história da cidade, os diversos rios dominaram o cotidiano. Os rios da cidade foram cruciais como caminhos para adentrar nos interiores do continente, além de servirem nas questões demarcatórias de limites de territórios, sendo um assunto que mobilizou a elite paulistana devido à ligação

dos bandeirantes com uma identidade paulistana (CORRÊA. 2008). Contudo, os rios também serviram fortemente às questões diárias, como o abastecimento de água, de pescados, e de locomoção para outras vilas e assentamentos situados nas margens dos rios; e também culturalmente, fazendo parte da vida da cidade.

Figura 2: Vista aérea do triângulo histórico de São Paulo



Fonte: Google Earth, 2025)

Por conta deste ocultamento dos rios nos processos contemporâneos de urbanização, os rios perderam seu sentido de provisão aos habitantes da cidade. Devemos cultivar os rios e a correnteza da água tanto quanto os campos e as pastagens, se quisermos continuar a progredir (WORSTER. 2008), tendo em vista que quando não se integra o rio no meio urbano, ele ganhará conotações apenas de empecilhos para o funcionamento da metrópole.

Neste artigo, portanto, pretendemos analisar os usos da água na cidade de São Paulo durante o período colonial, com ênfase nas relações sociais, políticas e espaciais que se estruturaram em torno dos cursos d'água entre os séculos XVI e XVIII. Partindo do entendimento da água como elemento central para a organização da vida cotidiana e do território, é preciso compreender como sua presença foi alvo de apropriações seletivas e disputas por parte de diferentes agentes. Tomando como principal fonte documental, as *Actas da Câmara Municipal de São Paulo*, produzidas desde o século XVI⁴, pretende-se analisar como o poder local atuava na organização das infraestruturas hidráulicas e na definição dos usos permitidos e proibidos da água. As atas revelam não apenas preocupações pontuais com a manutenção urbana, mas também os conflitos

⁴ Atas transcritas e publicadas em 22 volumes, entre os anos de 1915-1967, em dois volumes, pelo Arquivo Histórico Municipal.

decorrentes da sobreposição entre interesses públicos e privados.

Além disso, o trabalho dedica especial atenção ao caso emblemático da construção do Chafariz da Misericórdia, inaugurado em 1795, como marco de transição nas práticas de abastecimento urbano. Sua edificação envolveu questões ligadas à saúde pública, à técnica construtiva, ao trabalho escravo e à presença negra na conformação material da cidade, personificada na figura do mestre de obras, Joaquim Pinto de Oliveira (Tebas).

Ao propor uma análise crítica da história hídrica de São Paulo colonial, também pretende-se contribuir para os debates contemporâneos sobre memória urbana, justiça ambiental e a invisibilização de saberes e sujeitos historicamente marginalizados. Por meio do resgate das águas como fonte de análise, se pretende iluminar aspectos estruturantes da formação social.

1. COLONIZAÇÃO E OS USOS DA ÁGUA.

Como posto anteriormente, a história do desenvolvimento da cidade de São Paulo está intrinsecamente entrelaçada com os cursos d'água presentes na localidade. Desde o século XVI, com a instalação da Companhia de Jesus no território do planalto de Piratininga, aponta-se que uma das motivações basilares para o estabelecimento da Companhia através da fundação do Colégio religioso no planalto foi a sua localização geográfica, pois, ao estar situado no alto de uma colina, sob a confluência dos rios Tamanduateí e Anhangabaú, os jesuítas utilizaram as águas como um recurso de sobrevivência, como uma defesa natural contra os nativos aqui presentes, mas, sobretudo, como uma via de comunicação (SILVA. 1958).

Ainda no período quinhentista, seis anos após a fundação do Colégio dos Jesuítas em 1554, o núcleo original foi elevado à categoria de vila em 1560. Essa transformação está ligada à lógica do sistema colonial, no qual a criação de vilas representava a institucionalização do poder regional, sendo indispensável a instalação de uma Câmara, para exercer a função político-administrativa local. Nesse contexto, infere-se que a elevação de São Paulo à condição de vila significava a criação de uma estrutura capaz de, em tese, organizar, fiscalizar e

regular a vida social e econômica da população ali estabelecida (SILVA. 1958). A instalação da vila como centro da colonização atribuiu à Câmara Municipal de São Paulo de Piratininga a incumbência de zelar pela ordem local, coordenar o povoamento e impulsionar a exploração e expansão territorial. A fundação desse núcleo urbano passou a atrair indivíduos oriundos de diversas vilas, como a de Santos e São Vicente, o que contribuiu para o aumento populacional da região. Para que esses novos moradores se estabelecessem de forma estável, era fundamental garantir recursos e condições que assegurassem sua sobrevivência e viabilizassem o desenvolvimento econômico da localidade emergente (MARCÍLIO. 1974).

Nesse contexto, a criação de gado e a prática da agricultura de subsistência assumiram papel fundamental na fixação dos habitantes, constituindo a base da economia local. A produção de farinha, em especial, viabilizou as primeiras trocas comerciais com outras vilas da capitania, destacando-se as relações com a vila de Santos, o que contribuiu para a formação de uma rede de comércio inter-regional e para a intensificação da circulação de pessoas.

Figura 3: Capitania de S. Vicente



Fonte: Real Academia de la Historia (Massali, 1586-1630)

Embora o planalto paulista oferecesse condições naturais favoráveis, com “terras altas e saudáveis, de um clima temperado e por isso mais ao gosto de colonos europeus” (PRADO JR. 1998, p.9), a falta de recursos dificultava o estabelecimento de um modelo de colonização estável, nos moldes portugueses (HOLANDA. 1986). A solução premente veio com a expansão das bandeiras para o interior em busca do recurso mais valioso para os sertanistas: o braço

indígena. Uma vez que a escravidão africana se concentrava nas lucrativas plantações de cana-de-açúcar no Nordeste, a mão de obra indígena seria o recurso notadamente mais requisitado para a colonização da região planaltina, talvez mais ainda que o ouro.

Nas Atas da Câmara Municipal, há um registro do capitão da capitania que está prestes a realizar uma “entrada”, ou seja, uma expedição para o sertão, com o objetivo de capturar indígenas. Ele define que os capturados por meios considerados lícitos, seriam trazidos para a capitania e distribuídos pelas vilas. Cada vila deveria atribuir os indígenas a moradores locais, e esses teriam o dever de doutrina-los e trata-los bem, como se fossem indígenas forros. Caso os indígenas não aceitassem vir de forma pacífica, o capitão teria liberdade para decidir como proceder.

[...] q levare para seus servicios de seguire e acompanhar a elle dito sor capiton nesta entrada que ora quer fazer cõ tal condição q todo gentio q se la adquirir per qualquer via licita q seja pera se trazer pera esta capita q elle dito dor capiton respartira o dito gentio pelas villas da dita capita conforme a cada hua das ditas billas os moradores digo os vereadores e officiaes das ditas camaras e emlleitos os porão con os moradores pera eles os doutrinare e lhe dare bom tratamento como a gentio forro e se ajudare deles em seu serviço no q for licito a esta declaração mandara elle dito sor capitão fazer ao dito gentil pelas lingoas q consigo levar ao tempo q co eles tratar e tener comercio de paces e não querendo vir o dio gentio com estas condições em tal caso o dito capitão co os que em sua companhia forem tomara detriminação de como se a de aver [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1585, p. 280).

Como afirma John Manuel Monteiro “estas e tantas outras expedições de apresamento oriundas de São Paulo pouco tinha a ver com a expansão territorial. [...] concorreram antes para a devastação de inúmeros povos nativos” (MONTEIRO. 1994, p. 7). Os objetivos das incursões estavam voltados principalmente à captura de indígenas para suprir o trabalho nas roças, formando um sistema de “integração, exploração e destruição de populações indígenas” (MONTEIRO. 1994, p. 8). Assim, as bandeiras cumpriam um papel central na organização do trabalho e na sobrevivência da colônia paulista, sendo a mão de obra indígena um recurso estratégico. Monteiro ainda observa que as incursões não abasteciam apenas o mercado escravo no litoral, mas também abastecia a

força de trabalho indígena no planalto, contribuindo para a produção e o transporte de excedentes agrícolas (MONTEIRO. 1994).

Essa dinâmica se insere em um processo mais amplo de transformação do interior paulista em um espaço de apropriação violenta de recursos humanos. A conquista do sertão, se tornou não uma missão de colonização “civilizatória”, mas um sistema contínuo de saque humano, baseado na escravização indígena e na destruição de comunidades nativas. O trabalho indígena em São Paulo não se resumia a lógica comercial, mas configurava bases sociais da colônia, numa estrutura em que o indígena era ao mesmo tempo sujeito ativo e vítima (MONTEIRO. 1994).

Ao longo desse período, os habitantes do planalto de Piratininga chegaram a experimentar certo enriquecimento imediato, impulsionado pela ampla utilização da mão de obra indígena escravizada. A captura e submissão dos povos nativos foi decisiva não apenas para viabilizar a agricultura de subsistência na região, mas também para alimentar um lucrativo comércio de aprisionamento e venda de indígenas dentro do território colonial. Por serem nativos, esses trabalhadores eram mais acessíveis e menos onerosos do que os escravizados africanos trazidos pelo tráfico transatlântico. A exploração dos indígenas, portanto, não só garantiu a sustentação econômica da localidade, como também desempenhou papel estruturante na formação da sociedade paulistana, ao constituir a base das primeiras incursões bandeirantes (MARCÍLIO. 1974).

Aos poucos a cultura da Metrópole portuguesa enraizou-se nos Campos de Piratininga, ainda que de forma arcaica, com pobres vias de comunicação litorânea e penosas formas de subsistência, o solo era pobre e o ouro, escasso. Dessa forma, a exploração predatória e dispersa, pautada pela mobilidade em vez da estabilidade, pelo extrativismo sem reposição, seria suplantada, pouco a pouco, pela necessidade de consolidar um núcleo em São Paulo. Era claro que as condições ideais para o estabelecimento humano estavam lá, situadas em um rico sistema hídrico irradiando para todas as direções, que eram os cursos de água.

O rio Anhembi (Tietê) servia como via de comunicação essencial, tanto

para as bandeiras quanto para o intercâmbio entre as populações do planalto. Sobre isso, José Carlos Vilardaga afirma, a partir das Atas da Câmara de São Paulo:

[...] o procurador denunciava que índios que se encontravam ao longo “deste rio Anhembi”, que “vinham em paz se meter conosco”, terminavam sendo aprisionados pelos moradores. Esses índios são identificados como Carijós nas atas de março do ano seguinte, nas quais se fala desse “gentio carijó” que chegava à vila muito “maltratados e faltos de mantimentos”, e que demandava socorrê-los e “aposentá-los nas partes que melhor parecer...”, o que era quase um convite ao empreendimento individual de apresamento [...](VILARDAGA. 2020, p. 37)

Ao longo do século XVII e XVIII, o povoamento privilegiou as margens do rio Anhembi (Tietê), criando pontos naturais como as paragens, mas também moradias e igrejas. O povoamento seguia duas direções, tendo o rio Anhembi (Tietê) como referência. Rio abaixo se encontrava Parnaíba, que em 1625 se tornou vila; já nas margens de seus afluentes, Jeribatiba (Rio Grande), Cotia, Embu, se encontrava inúmeros aldeamentos dirigidos por jesuítas. Rio acima o ritmo de povoamento foi mais rápido. Ainda no século XVI já existiam aldeamentos, como o de Guarulhos, Itaquaquetuba e São Miguel, e no início do XVII, a vila de Mogi das Cruzes. Esta parte da capitania se tornou a região mais povoada, e isto se deveu a maior fertilidade da terra, facilidade de adquirir peixes, água em abundância e o mais importante: o lugar fazia parte do roteiro das bandeiras (PRADO JR. 1998).

Esses corredores fluviais, integrantes essenciais da vida sertanista, iam em direção ao Vale do Paraíba, ao nordeste; a Campinas, ao norte; e a um terceiro ponto que rumava em direção oeste-sul, ligando Sorocaba e Itapetininga à cidade de São Paulo. A malha de circulação incluía ainda regiões mais distantes, como os atuais estados interioranos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Tocantins e Goiás, além das áreas de fronteira com os atuais Paraguai, Uruguai e Argentina. É nesse contexto de amplas conexões territoriais que se inserem as chamadas monções, longas expedições fluviais que, entre os séculos XVII e XVIII, partiram sobretudo de Ararituaba (atual

Porto Feliz) rumo ao oeste, em direção a Cuiabá. Essas viagens, realizadas em canoas e durando meses, articulavam comércio, abastecimento, exploração e administração colonial, reforçando São Paulo como ponto estratégico de entrada, organização e difusão de rotas rumo ao interior do continente.

2. A URBANIZAÇÃO, A ÁGUA E AS CLIVAGENS SOCIAIS

Mesmo que vital para o comércio e para as expedições, a água não se resumiria a isso. A água foi também elemento essencial à vida e subsistência dos povoados que se formavam ao seu redor. Embora comum a todos pela imensidão hidrográfica da região, a dependência da água também viria a ser sistematizada de acordo com a estrutura do regime escravista, sendo a condição legal e racial um determinante para o acesso e usufruto do líquido. Já no final do século XVIII, registram-se tentativas de monopolizar a água, com elites impedindo lavadeiras e moradores de acessarem regos e ribeirões. Em 1780, o sargento Manuel Caetano Zuniga, proprietário de várias terras, obteve o controle exclusivo do ribeirão Acu e fez prevalecer a violência sobre aqueles que flagrava tentando utilizar de seus tanques (SANT'ANNA. 2007).

Sobretudo, o abastecimento era algo essencial para o consumo e a higiene da população, embora as atividades ligadas à higiene fossem realizadas nas áreas de serviços fora das casas, ou à beira dos rios, como eram no caso das casas de banho, e das lavadeiras. Aos mais abastados, os costumes domésticos mantinham certos hábitos de higiene como o:

[...] de lavar as mãos antes e depois de comer, quando um escravo carregando jarra, bacia e toalha as passava aos convivas. Antes de dormir também se tinha o costume de lavar os pés, hábito atribuído aos paulistas desde os primórdios da colonização, para evitar certas infecções, como o célebre “bicho de pé”, provenientes do fato de andarem descalços. Os banhos quentes, além de habituais, eram recomendados na cura de resfriados e dores no corpo. Resultava daí oferecer-se comumente ao viajante um banho quente para aliviar as fadigas do dia. Quando não era possível oferecer um banho, o dono da casa mandava dar-lhe água para refrescar-se – sempre acompanhada de toalhas feitas com tecido da terra, muito limpas, e de todo o equipamento necessário [...] (NOVAIS, 1997. p.126).

Muitas práticas de uso da água derivam de tradições e costumes indígenas, como o *tinguijamento* – técnica de pesca que utiliza sementes de tinguí, nociva aos peixes. No início do século XVIII esse método seria criticado por dizimar os peixes, levando a preocupação sobre a escassez do alimento e a contaminação da água (SANT’ANNA. 2007.). A prática levou a proibição da pesca no rio Tamanduateí: “[...]q ninguem mãdase nen dese tinguí no rio tamendoati cõ pena de quinhentos reis[...]" (Actas da Câmara Municipal de São Paulo, 1591. p.425).

A partir do século XVIII, a generalização dos transportes cavaleiros virá a substituir o carregamento até então realizado pelas costas dos indígenas escravizados em estradas precárias, agilizando o trânsito de mercadorias e pessoas por terra e superando “as exigências de uma economia ainda rudimentar” (HOLANDA. 1986, p.39). Dessa forma, São Paulo consolidou-se como centro de comunicações do planalto, pois “o contato entre diferentes regiões povoadas e colonizadas se faz necessariamente pela capital” (PRADO JR. 1998, p.27-28). Esse ímpeto expansivo, somado ao aumento demográfico, trouxe consigo um urbanismo desordenado tornando a cidade afeita a construção de pontes que conectassem suas regiões, resultando daí no pressionamento dos recursos hídricos, cujos problemas perduram até os dias de hoje.

Com base na análise das Atas da Câmara Municipal do século XVII, Janice Theodoro da Silva (1980) observa transformações significativas na configuração geográfica do núcleo colonial. Além disso, segundo a autora, já nesse período, os caminhos e pontes que integravam as rotas das redes de comunicação e comércio adquiriram grande importância tanto para os moradores quanto para a própria Câmara. Isso se reflete na frequência com que aparecem nos registros da época, que tratam da manutenção e construção dessas infraestruturas viárias.

[...] se tinha que requerer o fise e pelo dito procurador foi dito que ele requeria aos ditos ofisiaes mandesem faser os caminhos e pontes que estão por fazer porque estava o caminho danificado o que visto pelos ditos ofisiaes mandarão que se fixasse quortel p^a que os moradores mandassem faser de que fis este termo [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo.

1631, p.86).

[...]ofisiaes da camara mandaasem notificar ao procurador do ano pasado viesse a dar conta do que sobre ele caregava e que lhes requeria outrosi mandasem fixar quoarteis que fisessem as pontes e serventias deste povo ho que visto pelos ofisiaes da camara manda [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1639, p.426).

Dada a presença de um extenso sistema hídrico na região de São Paulo, as pontes se consolidaram como elementos essenciais para a circulação de pessoas e mercadorias, exercendo papel estratégico nas dinâmicas econômicas locais. A forma como se realizava a travessia dos cursos d'água podia determinar o acesso à vila, e mais tarde, à cidade de São Paulo influenciando diretamente o fluxo comercial. Por isso, a construção e a manutenção dessas estruturas exigiam constante atenção por parte das autoridades, sobretudo em épocas de cheia dos rios ou de chuvas intensas. No entanto, como predominava o uso de taipas de madeira nas edificações, por ser um material mais acessível, poucas obras foram projetadas com foco na durabilidade, o que acentuava ainda mais os desafios de conservação.

[...]escrevesse uma carta ao capitão José Antonio da Silva do bairro de Santa Anna para fazer concertar o aterrado de Santa Anna pela gente do seu comando por se achar o mesmo aterrado damnificado com as aguas e ter um atoleiro nelle que necessita de presente concerto [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1797, p.7).

Os responsáveis por executar os mandados da Câmara relativos às pontes foram diversos ao longo do tempo. A leitura das atas revela que, em grande parte, essas construções e reparos eram realizados com o uso de mão de obra escravizada. Em um registro datado de 30 de dezembro de 1662, por exemplo, encontra-se um pedido dirigido ao procurador da vila de São Paulo de Piratininga, solicitando que os “índios” das aldeias fossem mobilizados para reparar pontes e caminhos danificados nos arredores da vila. Com o passar dos anos, observa-se que a Câmara passou também a atribuir tais tarefas diretamente aos próprios moradores, transferindo a eles a responsabilidade pela manutenção dessas estruturas.

[...] E loguo no mesmo dia mes e era acordarão os sobreditos ofisiais da camara que os moradores conserten seus caminhos e pontes cada hu de sua banda a saber os do forte de suas bandas e os de S. Miguel de sua banda e os da borda do campo de sua banda e os dos pinheiros de sua banda e pera iso se poria pr rol: com hu omen nomeadamte pera com ajuda dos outros fazer com huzo e custume e se asinão comiguo escrivão e o que não quizer acudir pagara dous tostois p conselho [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1607, p. 188).

Outro aspecto relevante diz respeito à contaminação das águas e das várzeas situadas nas proximidades das pontes. Com o aumento do tráfego de entrada e saída da vila e o consequente crescimento urbano, era comum a presença de animais como gado, muares e cavalos sobre as pontes e ao seu redor. Essa convivência intensificava o risco de disseminação de doenças e epidemias, uma vez que o contato direto com os cursos d'água e seus afluentes favorecia a poluição e a insalubridade. Diante disso, nota-se nas atas a crescente preocupação das autoridades com as condições sanitárias desses locais.

[...] e outrosim a requerimenro do mesmo procurador deste senado estevão Rapozo da Silva foi requerido a este senado que havia varias queixas sobre as agoadas desta cid.e o lavarsse nellas roupas e cavalos, e botandosse outras enmundisses semelhantes e que lhe paressia devia destinar lugar certo para esse effeito e porque esta materia hera melhor p^a tratarssse na correção asentarão que nella o farião por em capitulos para se observar [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1734, p.323-324).

[...] e por não haver mais que prover na presente vereança e se passou um edital para que pela ponte dos Pinheiros não possam passar tropas de cavallis mulas e boiadas pelo desmancho que actualmente estão fazendo [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1764, p.559).

A utilização dos cursos d'água para as diversas práticas do cotidiano dos indivíduos aumentaram. Entretanto, com a falta de um sistema de saneamento ou até mesmo um tratamento de água, os riscos sanitários se elevaram consideravelmente. O uso do encanamento privado, dentro das casas, também

afetava o público, sendo fator de contaminação dos rios.

[...]mandou avisar a varios moradores desta cidade que costumam ter canos para esgotos das aguas dos seus telhados em quaes se viram no mesmo acto de correição estarem alguns destes canos inundados de lama podre, causada das águas sujas da servidão das mesmas casas[...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1802, p.365).

Contudo, esse não era um problema recente. Ainda em 1557, já se enfrentava problemas com a contaminação das águas a partir de seus usos domiciliares. Nas Atas de Santo André da Borda do Campo, é possível identificar que ao espremerem mandiocas, a água com veneno acabava matando os porcos.

[...]se fazya muyto perjuizo ao povo espremerem a mãodyoca em espremedouros fora e morerem muytos porcos e ordenarão todos jutos que espremedem dentro em suas cazas ou eu seus quytas e que augua que sayr da mãodyoca a botem nũa cova [...] (Actas de Santo André da Borda do Campo. 1557 p. 62).

Diante dos problemas relacionados ao uso e à contaminação da água em São Paulo colonial, as medidas adotadas pelas autoridades não envolviam a criação de obras públicas ou políticas estruturadas. As soluções eram pontuais, consistindo, em geral, na designação de locais específicos para determinados usos da água ou na proibição do trânsito de animais por caminhos que levavam às pontes. Essa abordagem evidencia a ausência de uma estrutura administrativa eficaz para o gerenciamento dos recursos hídricos. Tal fragilidade fica ainda mais evidente em registros das atas da Câmara que tratam da necessidade de limpeza das fontes e das próprias pontes, demonstrando a falta de um planejamento contínuo para lidar com essas demandas (SILVA. 1980).

[...]foi requerido aos ditos officiais mandacen que todos alimpacem seus caminhos e suas pontes como eh costume o que visto ser ben comum do povo pellos ditos officiais foi mandado que todos alimpe seus caminhos e fontes e pontes como eh uzo e costume o que fasão dentro de quinze dias [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1619, p.411).

A relação da vila de São Paulo com a água foi marcada por uma busca constante por fontes de abastecimento que atendessem às necessidades cotidianas da população. As nascentes, espalhados pelo território, eram canalizadas para formar bicas e fontes públicas, construídas para uso coletivo. As Atas da Câmara Municipal demonstram a preocupação com a captação, preservação e manutenção dessas estruturas.

[...]os caminhos e a limpar as fontes e comsertar as pontes e cubrir os muros e fizesem pusturas e mandasem comprir as que eram feitas pelos oficiais pasados [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1579, p. 143).

[...] se despacharam varias petições que concorreram das partes como tambem se arrematou o concerto da ponte e bica de São Francisco por preço de seis mil e quatrocentos reis a Paulo Gomes que se obrigou a fazer o dito concerto [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1763, p. 471).

Para além das fontes e das bicas, tanques e pequenas represas eram construídos em áreas particulares ou vinculadas a instituições religiosas, servindo ao armazenamento de água para períodos de estiagem ou ao funcionamento de atividades produtivas, como hortas, engenhos e lavanderias. O uso da água refletia claramente as hierarquias da sociedade colonial: enquanto os mais pobres dependiam das bicas públicas ou de córregos abertos, as elites dispunham de estruturas de captação e armazenamento em seus domínios. O acesso à água, estava vinculado a relações de poder e dominação, sendo muitas vezes regulado de forma informal por conventos, irmandades ou senhores de terra (MELLO E SOUZA. 1982).

A partir da segunda metade do século XVIII, observa-se uma mudança no cenário do abastecimento de água em São Paulo. Um exemplo significativo foi a construção de um chafariz pelo convento de São Francisco, como forma de resolver problemas relacionados ao fornecimento de água à população (BROCANELI. 2007). Embora a obra não tenha sido concebida com fins estéticos, sua incorporação à esfera pública sinaliza uma transição nas práticas de gestão urbana, revelando um momento em que começam a surgir iniciativas voltadas à organização e identidade da cidade. Essa mudança inaugura um processo que se refletirá nas intervenções urbanas paulistanas das décadas

seguintes.

O termo “chafariz” se refere ao uso da água de forma artística, com um conjunto de ornamentos junto a água que pretende valorizar esteticamente o ambiente em que a escultura está localizada. Contudo, os chafarizes paulistanos não surgem com essa intenção. De maneira geral, os chafarizes em São Paulo são usados como fonte de abastecimento e raramente contam com adornos. A abundância das nascentes e a necessidade de um melhor aproveitamento da água, fez com que a construção de chafarizes, a princípio, fosse para o uso da população (BROCANELI. 2007).

No final do século XVIII, observa-se em São Paulo uma mudança significativa na forma como a água era captada e distribuída, refletida na construção de estruturas fixas como os chafarizes. A degradação dos cursos d’água utilizados pela população, somada ao crescimento da malha urbana, impulsionou a necessidade de organizar o abastecimento por meio de equipamentos públicos e mais controlados.

Além de sua função utilitária, os chafarizes assumiram um papel simbólico. Brocaneli observa que essas estruturas se tornaram marcos urbanos, expressando a ideia de valorização urbana. Os chafarizes também continham uma ideia de inovação, sendo investimento público não só para abastecimento de água, mas também para a malha urbana paulista.

[...] em recompensa delles ditos religiosos haverem tambem concedido as sobras da agua da sua fonte para se fazer o chafariz, que com effeito se mandoi fazer pela mesma Camara em beneficio commum desta cidade, por não haver para o futuro duvida alguma nem innovação se recorreram ao doutor ouvidorgeral [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1758, p. 166).

A centralização do acesso à água nesses pontos representava, também, um novo modelo de gestão dos bens comuns, com maior fiscalização e disciplina. A preocupação com a manutenção dos chafarizes, pelo governo, é evidente: “e quarta a nova despesa que esta próxima a recaio sobre o concelho para a reedificação dos canos e do chafariz novamente construído” (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1792, p. 315-316). Essa reconfiguração da

água como infraestrutura pública revela uma transição histórica importante: de um uso comunal, disperso e cotidiano, para uma distribuição institucionalizada, vigiada e planejada, que anteciparia os grandes projetos de saneamento urbano do século XIX e XX.

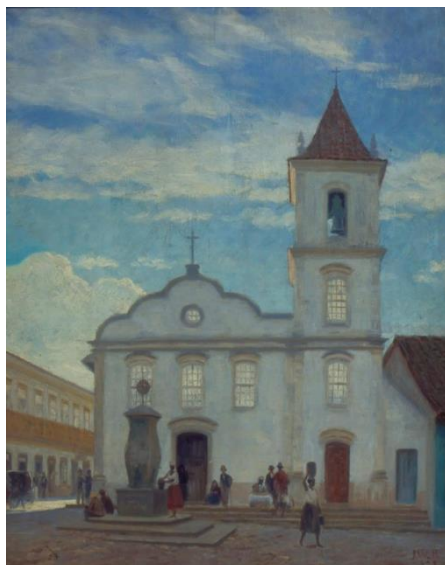
A construção de chafarizes entre 1722 e 1855 foi baixa, tendo 11 inaugurações nesse período (BROCANELI, 2007). Contudo, em meio a estes está o Chafariz da Misericórdia, que iniciou sua construção em 1792, representando um marco na história da cidade pela sua localização estratégica. É nesse contexto que se destaca a atuação de Joaquim Pinto de Oliveira, chamado “Tebas”, mestre pedreiro negro alforriado, cuja participação na obra do chafariz evidencia a presença e a importância de agentes historicamente marginalizados nas transformações urbanas desse período.

3. O CHAFARIZ DA MISERICÓRDIA (CHAFARIZ DO TEBAS)

Se tratando dos chafarizes de São Paulo de Piratininga, não se pode ignorar o primeiro chafariz público da cidade de São Paulo. Caso o mesmo ainda existisse, estaria localizado no cruzamento entre as ruas Quintino Bocaiúva, Direita e Álvares Penteado, localizadas na parte central de São Paulo.

O Chafariz da Misericórdia, ou Chafariz do Tebas, teve sua inauguração em 1795, e o fato de ter sido a primeira fonte pública de água potável em São Paulo não é o único ponto que impressiona. Sua construção contou com a presença do alforriado Tebas (Joaquim Pinto de Oliveira), que merece destaque pelo seu papel como mestre de obras por toda a São Paulo do período. Além desse personagem, temos também um dos primeiros estudos mais detalhados sobre a qualidade da água na América Latina, realizado pelo astrônomo da corte portuguesa, Bento Sanches Dorta.

Figura 4: Igreja e Pátio da Misericórdia



Fonte: Acervo Digital do Museu Paulista (WASTH)

Durante o governo de Bernardo José de Lorena, a capitania de São Paulo passava por uma reestruturação, devido à perda de seu protagonismo econômico, após a separação das Minas Gerais em 1720. Lorena promoveu diversas reformas e construções na Capitania de São Paulo, com foco no incentivo à agricultura (CAPEL. 2015).

Entre essas reformas, se destaca a construção da Calçada do Lorena, uma estrada sobre a Serra do Mar que ligava São Paulo ao porto de Santos. A obra tinha como objetivo superar dificuldades logísticas que atrapalhavam o escoamento da produção agrícola do planalto para o litoral. Lorena incentivou a agricultura voltada à exportação, o que fez com que São Paulo ganhasse protagonismo como centro de abastecimento das capitanias do seu entorno (CAPEL. 2015; REIS. 2021).

Com esse novo padrão de colonização, que se intensificou no governo de Lorena, as transformações econômicas vieram acompanhadas de um processo de renovação material da cidade, ocasionando na sofisticação das construções. A urbanização passou a refletir a inserção de São Paulo nas dinâmicas do comércio atlântico. E a utilização de técnicas mais elaboradas de construção, como o uso da cantaria, além de conter valor estético, representava a presença de um novo projeto para a colônia, alinhado aos interesses de Portugal.

O abastecimento de água em São Paulo de Piratininga sempre foi um problema, mas no período anterior a construção do Chafariz da Misericórdia, ocorreu um aumento populacional em São Paulo que ocasionou um ambiente ainda mais propício para a disseminação de doenças, sendo a mais mortal a varíola, conhecida também como a doença da bexiga, que mais tarde daria nome a um bairro da cidade de São Paulo. Antes dos chafarizes, o abastecimento de água da cidade era realizado principalmente através dos córregos e rios, com um sistema de distribuição muito precário, correndo em valas a céu aberto, o que aumentava o risco de contaminação (REIS. 2021).

Antes da construção do Chafariz da Misericórdia ser iniciada, houve um pedido da Câmara de São Paulo para que o astrônomo da Corte, Bento Sanches Dorta, pudesse verificar o estado das águas do rio Anhangabaú.

[...] O Xafariz que está principiado a construir-se nesta cidade seria prejudicial se a agoa, que se intenta fazer vir a ele, não fosse isenta das pessimas qualidades de que muitas se achão impregnadas; por esta razão encarreguei ao Astronomo de sua Magestade Bento Sanchez Dorta, que se tem aplicado muito á estudos desta natureza, formar huma analysis de agoa referia, e hé a que incluza remeto vmces para teres a certeza de que não pode causar damno aos moradores desta cidade[...] (LORENA, 1791. apud SANT'ANNA, 1938. p.2).

Após fazer os estudos, Bento Sanches Dorta escreveu em suas cartas para a Câmara que as águas estavam saturadas de ferro, mas que com um simples tratamento, a mesma poderia servir para consumo da população.

[...] por esta razão póde se fazer uso dela sem receio de moléstia alguma: a ainda que ella não seja dotada das três qualidades requeridas para a constituição da mais perfeita água: as quaes são, sem côr, sem gosto, nem cheiro etc. Este he o meu sentimento; o qual de boa vontade sujeito aos reparos [...] (DORTA, 1791. apud SANT'ANNA, 1938. p.2).

Com isso, o governador José de Lorena ordenou que se iniciasse a construção do Chafariz (FERREIRA. 2018).

Neste ponto temos a presença do projetista do Chafariz da Misericórdia, João Costa Ferreira, e do mestre de obras, Joaquim Pinto de Oliveira, mais

conhecido como Tebas, especialista na técnica de cantaria. Tebas era uma figura famosa pela cidade de São Paulo, e foi responsável pela construção deste chafariz, conhecido como “da Misericórdia”, mas também esteve envolvido, por exemplo, na construção da torre da antiga catedral da Sé, na reforma do Mosteiro de São Bento e na própria fonte de São Francisco, cuja sua participação está registrada nas Atas da Câmara (REIS. 2021). “[...] na mesma vereança se mandou arrematar o concerto da fonte de São Francisco a Joaquim Pinto de Oliveira pela quantia de vinte e cinco mil e seiscentos reis [...]” (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1770, p. 549).

Tebas, no momento da construção do Chafariz, contava ainda com o auxílio de dois escravizados, João e Joaquim, que constam em documentações referentes a construção do Chafariz (REIS. 2021). A presença de Tebas, João e Joaquim na construção do Chafariz merece destaque, pois evidencia a participação ativa de figuras negras nas obras da cidade de São Paulo, contrariando a ideia de que a arquitetura da São Paulo colonial não contou com contribuições da população negra.

A inauguração se deu em 1795, e o Chafariz da Misericórdia se tornou um espaço de sociabilidade dos escravizados urbanos. As ruas já eram tidas como lugar de sociabilidade dos negros, e até a primeira metade do século XIX, elas eram ocupadas não apenas por escravizados, mas também por outros grupos marginalizados, como quitandeiras, prostitutas e negros forros. Os chafarizes, como o da Misericórdia, se tornaram pontos privilegiados de encontro e circulação, sendo marcados pela presença constante de escravizados encarregados do abastecimento das casas, transporte de água, e também pelas práticas sociais cotidianas, desde conversa e namoro até brigas, o que fazia desses lugares pontos de intensa sociabilidade urbana. Memorialistas da cidade registravam esses momentos de encontro dos marginalizados, normalmente em um tom de condescendência (MACHADO. 2004). A sociabilidade desses grupos era constantemente vetada, sendo considerada incomoda e chegando a ser criminalizada.

[...] proibindo os jogos frequente de que há queixas haverem pelas casinha, e tabernas desta cidade, impondo aos vadios que

se acharem nos ditos jogos de cartas ou dados a pena de prisão e oito dias de cadeia além de dois mil reis de condenação, e vinte açoites ao pé do pelouro sendo escravo ou peão[...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1792, p.299).

A vigilância nesses locais de convivência também era algo comum, a vida pública dos grupos marginalizados incomodava a população abastada, o que gerava maior policiamento e segregação, inclusive em volta dos usos da água (FERREIRA. 2018).

Vale ressaltar que a ligação entre esses grupos e a água não surge no contexto da construção de chafarizes. Ainda no século XVI, os chamados negros da terra (indígenas), tinham os rios e as fontes como lugar de sociabilidade, muito por conta de suas funções de carregamento de água ou lavagem de roupa. Nas Atas da Câmara é possível ver que, desde esse tempo, esses locais eram invadidos pelos brancos e marginalizados.

[...] requereo o dito procurador na dita camara q muitos mansobos solltros q ião as fontes pegar nas negras e as afrontavão ao q elles sñrs oficiaes mandarão q fose apreguoulo q todo o mancebo asi solltr como casado q se achar peguando a hallgua negra q va a fonte ou rio pague sincoenta rs [...] (Actas da Câmara Municipal de São Paulo. 1572, p. 95).

A importância dessas estruturas públicas não se limita a São Paulo. No Rio de Janeiro, os chafarizes também eram ponto de sociabilidade da população marginalizada, pelos mesmos motivos expostos anteriormente. Sobre isso, o missionário norte-americano Daniel Parrich Kidder, publicou um livro em 1845 contando sobre a sua visita ao Brasil.

[...] Os escravos andam descalços, mas alguns vestem roupas alegres. Quando juntos assim, nesses pontos de reunião, a sua sociabilidade é extrema [...] mas às vezes terminam em discussões e pancadas. Para evitar desordens dessa natureza, soldados geralmente estacionam perto dos chafarizes [...] mais ou menos certos de poder manter a sua autoridade sobre os pretos [...] (KIDDER; FIETCHER. 1845. apud ALMEIDA, MAZUE. 2024).

Nesse trecho, o autor se refere aos carregadores de água que se encontravam em volta de um chafariz. Assim como em São Paulo, a cidade

carioca também teve essas estruturas como ponto de sociabilidade, amigável ou não. Naturalmente, os chafarizes cariocas sofriam também da vigilância constante.

Durante o período entre 1795 e 1886, o Chafariz da Misericórdia permaneceu no mesmo local, mas em 1886 foi realocado para outra região e acabou posteriormente, em 1903, por ser desmontado e enviado para o Almoxarifado Municipal, onde suas partes acabaram se perdendo com o tempo (REIS. 2021).

O desmonte dos chafarizes em São Paulo, como ocorreu com o da Misericórdia, se deu devido às transformações urbanas impulsionadas pela modernização da cidade. No início do século XX, os rios passaram a ser canalizados, as várzeas urbanizadas, e os chafarizes foram sendo abandonados e substituídos por redes subterrâneas de abastecimento. Os chafarizes, que antes estruturavam formas de sociabilidade, foram destruídos em nome da valorização imobiliária e da expansão da infraestrutura urbana, e um exemplo disto é a atuação da Companhia Parque da Várzea do Carmo, que saneou e loteou áreas em torno do Rio Tamanduateí com altos lucros (GOUVÊA. 2016).

Além da destruição desses equipamentos, houve uma reconfiguração do papel da água na cidade. No século XX, a transformação dos rios em canais de esgoto, junto ao descaso administrativo com a rede hidrográfica, contribuiu para o desaparecimento dos chafarizes no cotidiano paulistano (GOUVEA. 2015). O abandono não foi apenas técnico, mas também cultural. As fontes e bicas que antes faziam o papel de abastecimento e eram essenciais na vida comunitária, passaram a ser vistas como obsoletas.

Devido à perda das peças originais do Chafariz da Misericórdia, em 2020 foi realizada uma exposição de sua réplica, promovida pela Secretaria Municipal de Cultura. Essa construção simboliza mais do que um marco no abastecimento de água potável na cidade de São Paulo, que garantia, de forma pública, o acesso a esse recurso vital. Ela também resgata um cenário de sociabilidade e uma representação material que foi apagada da história da cidade. Isso nos leva a questionar se tal apagamento do Chafariz da Misericórdia ocorreu de forma

intencional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do abastecimento de água em São Paulo de Piratininga, desde sua fundação até o final do século XVIII, revela muito mais do que a simples busca por recursos naturais. Ela evidencia as relações sociais que se estruturaram em torno da exploração e apropriação destes cursos d'água. Ao longo do período colonial, as águas, inicialmente vistas como dádivas da natureza e meios de comunicação, transformaram-se em disputa e, muitas vezes, em obstáculo. A análise das atas da Câmara permite entender um pouco as relações sociais que permeavam as águas e seus cursos, e revela a fragilidade institucional frente ao crescimento urbano desordenado e à ausência de políticas públicas consistentes.

A construção do Chafariz da Misericórdia, no fim do século XVIII, constitui não apenas um marco na história do abastecimento de água potável em São Paulo, mas também um ponto de mudança de pensamento urbanístico, pois representa o início de um olhar mais estruturado sobre o espaço urbano e o bem público, ainda que limitado a interesses das elites coloniais. A figura de Tebas traz à tona contribuições negras à construção material da cidade, muitas vezes ignorados pela historiografia tradicional. Sua presença no projeto do chafariz, somada à atuação do astrônomo Bento Sanches Dorta e às transformações promovidas pelo governador Lorena, aponta para uma complexa rede de agentes envolvidos na construção da água como bem público.

Ao recuperar essas experiências, é possível compreender o modo como a água também foi suporte e reflexo de clivagens sociais profundas. Sua circulação regulava não apenas a vida cotidiana, mas também a lógica da dominação, do trabalho compulsório e da desigualdade no espaço urbano. Entender a relação da água na São Paulo colonial é essencial para repensar as políticas de gestão hídrica e de memória na cidade que se formou sobre esses rios que, hoje, em grande parte, são canalizados, ocultos ou poluídos. Relembrar a trajetória do Chafariz da Misericórdia é também um convite à valorização de

outras narrativas, outras águas e outras mãos que construíram São Paulo.

REFERÊNCIAS

AB´SABER, Aziz. O Solo de Piratininga. In: BUENO, Eduardo. **Os Nascimento de São Paulo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ALMEIDA, Anita Correia Lima; MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **Do Chafariz ao Copo: Os Fluxos de Água no Rio de Janeiro Oitocentista**. México: HALAC, vol. 14, n. 3, 2024.

ANCHIETA, José de. A Carta do Padra Anchieta, sobre as Produções Naturais de São Vicente. 31 de maio de 1560. In: **A Fauna de São nos séculos XVI a XVIII**. São Paulo: Edusp, 2007.

ARRUDA, Gilmar. História dos rios: História Ambiental. **Signos Históricos**, v. 18, n.20, p.16-44, jul./dez. 2006.

BROCANELI, Pérola Felipette. **O ressurgimento das águas na paisagem paulistana: fator fundamental para a cidade sustentável**. 2007. 323 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CÂMARA DE SANTO ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO. **Actas da Câmara de Santo André da Borda do Campo 1555-1826**. Arquivo Histórico Municipal. vol. Único. 1914.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1562-1596**. Arquivo Histórico Municipal. vol. I, 2ª edição, 1967.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1756-1764**. Arquivo Histórico Municipal. vol. XIV, 1919.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1629-1639**. Arquivo Histórico Municipal. vol. IV, 1915.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1797- 1809**. Arquivo Histórico Municipal. vol. XX, 1921.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1596-1622**. Arquivo Histórico Municipal. vol. II, 1915.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1730-1736**. Arquivo Histórico Municipal. vol. X, 1915.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1765-1770**. Arquivo Histórico Municipal. vol. XV, 1919.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1788-1796**. Arquivo Histórico Municipal. vol. XIX, 1921.

CAPEL, Ronaldo. **O governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: aspectos políticos e econômicos (1788-1797)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. **Dicionário Tupi (antigo) - Português**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1987.

CORRÊA, Dora Shellard. Os rios na formação territorial do Brasil: considerações sobre a historiografia paulista. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **A Natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 47-72.

FERREIRA, Abílio. **Tebas: um negro arquiteto na São Paulo Escravocrata (abordagens)**. São Paulo: IDEA, 2018.

Google Earth, 2025. Disponível in: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 28/12/2025.

GOUVEA, José Paulo Neves. **A presença e a ausência dos rios de São Paulo: acumulação primitiva e valorização da água**. São Paulo: Tese (doutorado) FAUUSP, 2016.

GOUVEIA, Isabel Cristina Moroz-Caccia. **A cidade de São Paulo e seus rios: uma história repleta de paradoxos**. Confins. 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense. Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

JESUS, Damásio E. **A fundação e os primeiros tempos de São Paulo numa carta de São José de Anchieta A Santo Inácio de Loyola**. São Paulo: Revista do IHGSP, 2016.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na Cidade de São Paulo. História da cidade de São Paulo: a cidade no Império 1823-1889**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A Cidade de São Paulo – povoamento e população**. São Paulo: Pioneira, 1974.

MASSALI, Alexandre. **Capitania de S, Visente (1608-1616)**. Real Academia de la Historia. Colección: Sección de Cartografía y Artes Gráficas — Signatura: C-003-081 — Signatura anterior: C-I c 81 — Nº de registro: 00116. Disponível in:

<https://bibliotecadigital.rah.es/es/consulta/registro.do?id=12558>. Acesso em: 28/12/2025.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello. A. **História da Vida Privada no Brasil vol.1 - cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Cidade de São Paulo - Geografia e História**. São Paulo: 1a ed. Brasiliense, 1998.

REIS, Luis Gustavo. **A trajetória de Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas: trabalho, escravidão, autonomia e liberdade em São Paulo colonial (1733-1811)**. Guarulhos: Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 2021.

RODRIGUES, José Wasth. **Do Tamanduateí em 1858, na várzea do carmo – no local onde é hoje a rua 25 de março (1922)**. Acervo Digital Museu Paulista (USP). Disponível in: <http://acervo.mp.usp.br/IconografiaV2.aspx#>. Acesso em: 28/12/2025.

RODRIGUES, José Wasth. **Igreja da Misericórdia (edificada no primeiro quarto do século XVIII, demolida nos fins do século XIX)**. Acervo Digital Museu Paulista (USP). Disponível in: <http://acervo.mp.usp.br/IconografiaV2.aspx#>. Acesso em: 28/12/2025.

RODRIGUES, José Wasth. **Pateo do Colégio (1858)**. Acervo Digital Museu Paulista (USP). Disponível in: <http://acervo.mp.usp.br/IconografiaV2.aspx#>. Acesso em: 28/12/2025.

SANT'ANNA, Nuto. **Fontes e Chafarizes de São Paulo**. São Paulo: Jornal Estado de S. Paulo, 1938. Disponível em: <https://www.revistadae.com.br/site/artigos/61>. Acessado em: 12/07/2025.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Editora Senac SP, 2007.

SILVA, Janice Theodoro da. **São Paulo: 1554-1880**. 1980. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

VILARDAGA, José Carlos. **No fluxo do Anhembi-tietê: o rio e a colonização da capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII**. Nuevo Mundo Mundos

Nuevos, 2020.

WORSTER, Donald. Pensando como um rio. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **A Natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 27-46.

Recebido em 13/07/2025.

Aprovado para publicação em 08/12/2025.